

Colaboração entre ultramontanos e progressistas: Santa Casa de Misericórdia, irmandades e festas religiosas em Campinas na década de 1870.

Collaboration between ultramontanes and progressists: Santa
Casa de Misericórdia, brotherhoods and religious festivities in
Campinas in the 1870's

João Lucas Moura e Souza

Graduando em História

Universidade Estadual de Campinas

joao_lucas11@hotmail.com

Recebido em: 19/04/2021

Aprovado em: 05/05/2021

Resumo: Este artigo analisa a relação entre partidários do ultramontanismo e grupos de tendência progressista em Campinas na década de 1870. Apesar de serem duas propostas que em geral se chocavam, a abordagem privilegiará os momentos em que ambas colaboraram, observando o que as aproximavam, seus objetivos, seus ganhos e as consequências dessa aproximação. Assim, o artigo abordará as manifestações de devoções nas irmandades, analisando as dinâmicas das festas religiosas e a participação das confrarias no espaço público. Além disso, as doações beneficentes terão um espaço importante, a fim de refletir como a assistência, a caridade e/ou a filantropia foram empregadas e quais suas vantagens aos doadores.

Palavras-chave: Festividades religiosas; Santa Casa da Misericórdia; beneficência.

Abstract: This article analyzes the relationship between ultramontanes and progressive groups in Campinas in the 1870's. Although both are studied being in conflict, the approach will focus moments when they collaborate with other. We will look for what made them approximate, their goals, their gains, and the results of this approximation. This article will approach about devotion manifestation in brotherhoods, with the dynamics of religious festivities and the participation of brotherhood in public space. Besides that, the benefits donations have an important space. They will be used to reflect how the assistance, charity and/or philanthropy were used and the advantages to the donors.

Keywords: Religious festivities; Santa Casa da Misericórdia; beneficence.

Introdução

Entre os grupos ideológicos abordados pelo artigo, os ultramontanos representam, na segunda metade do século XIX, uma mudança na esfera eclesiástica - principalmente durante o papado de Pio IX, com a aprovação do dogma sobre a infalibilidade papal, no Concílio do Vaticano I (1870). Esse grupo representa uma vertente religiosa reacionária, caracterizada pela aversão aos “erros modernos” – como ideias liberais, positivistas e cientificistas. Nesse momento, a Igreja perdia bastante espaço na sociedade em razão das críticas feitas por essas vertentes progressistas, que cresciam no período. Em reação, a Igreja toma uma posição centralizadora do catolicismo, tornando-se mais rígida em relação à ortodoxia e à hierarquia eclesiástica.

Por sua vez, os grupos progressistas, o segundo grupo abordado neste artigo, representam o lado oposto desse debate, estando ligados ao cientificismo, ao republicanismo e à crítica à Igreja. Na segunda metade do século XIX, essas correntes estavam em ascensão em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde havia uma efervescência intelectual conhecida como geração de 1870. Como aponta Sílvio Romero (1926, p. 23-24), os intelectuais estavam influenciados por um “bando de ideias novas”. Esses grupos eram formados por indivíduos oriundos de camadas abastadas ou em ascensão, mas que estavam alijados do poder decisório do Império (ALONSO, 2002).

A intenção do artigo é analisar ambos os grupos por uma perspectiva não muito usual: a cooperação. Apesar dos embates, a proposta é os vermos como grupos complexos, com múltiplos interesses e não apenas como partidários. Dessa forma, a questão central gira em torno de como pautas tão diferentes poderiam cooperar e convergir para um mesmo projeto.

O recorte delimitado para este estudo é a cidade de Campinas-SP na década de 1870. Nesse período, a cidade atravessava marcantes mudanças urbanas e sociais ocasionadas pelo crescimento da economia cafeeira. Esse crescimento ocasionou um período áureo na cidade, um momento de transformações do espaço urbano, com a inauguração da linha de bondes, em 1879, e da Companhia de Iluminação a Gás, em 1875, além da construção de linhas ferroviárias, como o trecho Jundiá-Campinas, em 1872, e o trecho Campinas-Mogi-Mirim, em 1875. Além disso,

essa urbanização também acarretou novos hábitos urbanos aos grupos abastados campineiros, principalmente com as inaugurações, em 1878, de um ringue de patinação, do Passeio Público e do Clube de Corridas Campineiro (ROCHA, 2005). Além da efervescência urbana que a cidade atravessava, ela se tornou também um espaço de repercussão de várias pautas progressistas, principalmente o republicanismo. Dessa maneira, o recorte proposto permite que o artigo desenvolva uma análise sobre as relações entre ultramontanos e progressistas em um espaço em transformação, urbanização e modernização.

Não apenas adversários...

A historiografia, em geral, atribui grande destaque a uma rivalidade ideológica na segunda metade do século XIX: um enfrentamento entre os ultramontanos e as correntes progressistas. A constituição da ideologia romanizada, a partir da reação contra o crescimento das ideias liberais em um momento de crescente deslegitimação da igreja, deu solidez para que a historiografia as encarasse como antagônicas.

Nesse sentido, em relação aos grupos progressistas, Ângela Alonso (2002, p. 154) argumenta que “o anticatolicismo foi um bordão do grupo” e Lília Schwarcz (1993, p. 320) aponta que eles “de um lado, enquanto discurso leigo, vão se contrapor à Igreja e à influência religiosa; de outro, legitimarão as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis pelos novos projetos políticos e que viam nelas sinal de ‘modernidade’”. Além disso, essa interpretação de correntes antagônicas também é visível nos estudos sobre a Igreja, como formulou Gaeta:

A luta da Igreja Católica contra os princípios liberais fazia parte [...] de todo um processo de reafirmação doutrinária e de centralização na hierarquia papal, elementos basilares dos princípios ultramontanos. Nesse sentido, a província de São Paulo foi palco de conflitos e acusações entre liberais e católicos. Estes eram acusados de retrógrados, de inimigos do progresso e da civilização, enquanto que aqueles eram vistos como agentes de Satã, garibaldinos prontos a espalhar a desordem e incitar a população à revolta (GAETA, 1991, p. 105).

No Brasil oitocentista, a disputa entre a igreja e os grupos progressistas foi marcada pela Questão Religiosa do início da década de 1870. O conflito envolveu a maçonaria, bispos do Pará e de Olinda e o poder imperial. Entretanto, esse não foi o único atrito daquele momento. Em sua análise da ação ultramontana no sul do império brasileiro, Vitor Biasoli afirma que

os palotinos, naquele momento, representavam a Igreja romanizada em Santa Maria e enfrentavam uma elite intelectual e política que, semelhante à elite do

resto do Rio Grande, pautava-se por princípios liberais, cientificistas e era receptiva ao ideário maçônico (BIASOLI, 2010, p. 134).

É evidente nos excertos acima que as vertentes se chocavam: enquanto o lado ultramontano buscava legitimar-se, defendendo a ordem e a Igreja contra sectários revolucionários e insurgentes, o lado progressista se pautava na defesa da modernidade contra as forças retrógradas. No entanto, embora essas divergências de fato existissem, elas, em muitos momentos, se expressavam mais no âmbito político e/ou discursivo do que na prática. Dessa forma, neste artigo argumentamos que pressupor a rivalidade entre os dois vieses pode ocultar convergências importantes entre os dois polos, o que ocorreu por meio de diálogos e aproximações entre grupos locais, oferecendo assim uma imagem mais complexa sobre o fenômeno em tela.

Nesse sentido, mesmo priorizando o antagonismo entre ultramontanos e progressistas, a própria historiografia aponta alguns indícios sobre momentos de concordância. A educação, por exemplo, foi um campo de acordo entre ambos os lados. O bispo paulista e ultramontano D. Lino Deodato foi um grande incentivador de uma instrução religiosa de viés “consentâneo com as ideias liberalizantes e progressistas voltadas para a educação” (GAETA, 1991, p. 158), tendo o ensino profissionalizante como prioridade. Gaeta indica ainda que “estava o bispo retomando a velha ideia sobre a educação que sempre o acompanhou; um instrumento do progresso, desenvolvimento e controle social” (GAETA, 1991, p. 247). O apoio financeiro de que os projetos do bispo necessitavam foi proporcionado pelos cafeicultores, que, “embora se intitulasse liberal ou positivista, estava sempre muito disposta a auxiliar o catolicismo ultramontano, sobretudo quando se tratava da educação religiosa” (GAETA, 1991, p. 158). Com isso, a autora menciona que “enquanto adversários no fórum da política e no espaço público, ultramontanos, positivistas e liberais harmonizavam-se nas concepções educacionais” (GAETA, 1991, p. 158).

Uma outra proximidade entre progressistas e ultramontanos que alguns historiadores apontam é o fato de atribuírem a mesma imagem aos trabalhadores e às suas famílias. Embora Biasoli centralize seu estudo na rivalidade entre palotinos romanizados e uma elite liberal e maçônica – como citado acima –, o autor menciona um ponto em comum: os dois incentivavam atribuir à classe dos trabalhadores um caráter conformado e antirrevolucionário. “O perfil

trabalhador e disciplinado dos colonos [...] foi se alicerçando nos valores da cristandade, em especial nas regras de orar e trabalhar da Igreja ultramontana” (BIASOLI, 2010, p. 178-179). Assim, progressistas e ultramontanos colaboravam, mais uma vez, para uma mesma causa: criar um modelo de trabalhadores fiéis ao trabalho e à ordem. A defesa dessa imagem tinha respaldo nas mudanças sociais que o país atravessava na segunda metade do século XIX. Como afirma Gaeta, essa concepção de família “era providencial à sociedade útil, burguesa que então se formava no Brasil. Essa concepção de família dignificante ultramontana se colava perfeitamente à ideia liberal progressista, fluindo ambas na mesma direção” (GAETA, 1991, p. 213-214).

O século XIX foi um período de transformações na sociedade brasileira, um momento de ascensão da burguesia e da inserção do país no capitalismo, promovendo um contexto de efervescência de ideias e mudanças nas estruturas sociais. E embora muitas vezes contrário à inserção dessas novas ideias, o grupo clerical não estava alheio nem imune a elas. Segundo Gaeta, o clero, “longe de ser autônomo em relação à sociedade, mantém-se constantemente atualizado, mesmo que as soluções propostas sejam conservadoras” (GAETA, 1999, p. 9). Ou seja, a Igreja ultramontana não se comportou apenas de forma a repudiar as pautas progressistas, mas também incorporando fragmentos delas no discurso religioso, mesmo que tivessem sido interpretadas pelo viés conservador. Essas aproximações atualizaram o debate da Igreja, de modo a torná-la inteligível nas discussões em voga na sociedade capitalista oitocentista.

Progressistas e ultramontanos só puderam cooperar em razão das similaridades entre algumas características. A primeira é que ambos os posicionamentos contavam com uma relação próxima – ou de dependência, ou até de membros – das classes dominantes. Essa proximidade deu-lhes um caráter elitista e moldou a forma de atuarem, podendo ambos serem considerados movimentos reformistas. Em relação aos grupos progressistas, Alonso (2002, p. 261) aponta que seu objetivo era “turbar uma dada ordem, [...] não a ordem em si mesma” e, a partir dessa premissa, “o movimento intelectual comungava com o *establishment* monárquico a opção pela reforma ao invés da revolução” (ALONSO, 2002, p. 259). Assim, só é possível considerar um diálogo entre ultramontanos e progressistas ao observarmos que eles partilham um caráter elitista e reformista. Através dessas características em comum, podemos entender quais eram seus pontos de contato, seus interesses coincidentes e os limites da cooperação. Essa cumplicidade é

observável em âmbito local no contexto campineiro, onde houve um envolvimento profícuo entre grupos progressistas e a Igreja.

Ponto de convergência: a Santa Casa de Misericórdia

Ao longo do período recortado para este estudo, Campinas se desenvolvia, enquanto os grupos abastados locais adquiriam um novo perfil, incorporando hábitos urbanos, ares modernos e a defesa de correntes progressistas – como o republicanismo. Esse novo perfil buscou vincular as melhorias urbanas às qualidades dos grupos abastados, de modo que estes passaram a se ver como os benfeitores responsáveis pelo progresso da cidade.

Além dessas reformas urbanas, também houve um interesse por obras assistenciais em decorrência da preocupação com a questão social. Com essas melhorias na assistência social, seus protagonistas também visaram colher bons atributos com suas ações, de modo que projetaram, para si, uma aura de benevolência. Ou seja, em meio à ascensão econômica campineira, à urbanização da cidade e ao largo emprego da mão de obra escrava, os influentes grupos de Campinas promoviam obras assistenciais com o intuito de atrelar sua imagem à generosidade, à caridade e/ou à filantropia.

A partir da observação da forma como se desenvolveram as obras assistenciais de caráter beneficente em Campinas, é possível apontar casos de colaboração entre grupos progressistas e de membros da Igreja com tendência ultramontana. Um marco do desenvolvimento dos esforços assistenciais na cidade foi a inauguração do Hospital da Santa Casa da Misericórdia, em agosto de 1876.

Até a execução da Santa Casa, as práticas beneficentes “caracterizavam-se pela pulverização e individualização das ações assistenciais” (ROCHA, 2005, p. 105). A partir dela, porém, houve uma ressignificação na forma e na função das ações assistenciais, de maneira que o hospital “representou um processo de racionalização institucional da filantropia a serviço da sociedade” (ROCHA, 2005, p. 105). Essa mudança estava de acordo com as discussões sobre a assistência no período, as quais defendiam que os esforços assistenciais não deveriam ser feitos indiscriminadamente, mas sim a partir de critérios racionais, centralizados e em prol da sociedade (TOMASCHEWSKI, 2014). Assim, a Misericórdia representou, de um lado, a centralização da

assistência social pelo viés racionalizado da beneficência e, de outro, o estandarte de uma imagem benevolente de seus fundadores.

Assim, a Santa Casa da Misericórdia foi palco de uma aliança entre grupos heterogêneos. Com isso, para uma melhor compreensão desses eventos, observaremos os vínculos entre o jornal da *Gazeta de Campinas* e a ação do cônego Joaquim José Vieira.

Fundada pelo bacharel Francisco Quirino dos Santos em 1869, a *Gazeta de Campinas* tinha grande notoriedade política. Desde seu surgimento, o periódico fez frente à monarquia, tendo assumido o viés republicano e a defesa dos ideais de civilização e de progresso (GALZERANI, 2016, p. 53), além de se opor à doutrina ultramontana. Em 1878, o periódico transcreve um artigo, em sua Seção Particular, pelo qual insulta os adeptos do ultramontanismo, caracterizando-os como jesuítas, “hidras, inimigas figadais da liberdade, do progresso e do bom senso” (CAMPINAS..., 1878, p. 2) e membros de uma seita cujo objetivo era “acastelar-se na briosa e opulenta cidade de Campinas” (CAMPINAS..., 1878, p. 2).

Já o cônego Vieira - que, de acordo com Augustin Wernet (1987, p. 167), tinha também uma formação no seminário ultramontano de D. Antônio Joaquim de Melo - foi protagonista nos esforços para a construção da Santa Casa. Apesar de seu histórico, contudo, Leila Rocha (2005, p. 106) aponta que, desde o início da década de 1870, o cônego Vieira “expressava as peculiares relações entre a Igreja, o poder central, e os poderes locais no Segundo Reinado”.

Apesar da diferença de posicionamentos ideológicos, a relação harmônica entre o cônego e o periódico é visível já no destaque que a *Gazeta de Campinas* atribuiu aos esforços de Vieira nas três notícias sobre a inauguração do hospital. Além do engrandecimento das ações do religioso, as notícias também descrevem de forma minuciosa os atos solenes e homenageiam benfeitores já falecidos, evidenciando a importância do evento para a cidade.

Na primeira das notícias (SANTA..., 1876, p. 1), o jornal relata o benzimento da igreja em homenagem à Nossa Senhora da Boa Morte, caracterizando-a, de forma elogiosa, como “simples mas formosíssima e elegante”, além de fazer menções ao altar, às estátuas e às imagens e, posteriormente, ao andamento da procissão. Em seguida, o periódico menciona que “muitos sacerdotes abrilhantaram aquele ato” e comenta também sobre a homilia do cônego Francisco de Paula Rodrigues, “cuja inteligência [era] unguida nos santos princípios da doutrina cristã”,

tendo ele feito uma “esplêndida oração cheia de imagens brilhantes”. Apesar de momentaneamente, esses excertos contrastam com o anticlericalismo mencionado por Ângela Alonso (2002) e, ainda que não fossem constantes no periódico, é possível identificar momentos em que o jornal elogia o cristianismo e seus religiosos. Esses momentos são especialmente harmônicos e recorrentes quando se trata da Santa Casa de Misericórdia. Dessa forma, além de uma interação entre os grupos clericais e progressistas, há uma relação de mutualismo entre eles no projeto da Santa Casa.

Na continuação, a notícia expõe que a

População acorreu a estes atos prestando homenagem não só ao símbolo sacrossanto da caridade que eles representavam, mas ainda à alta significação que a ideia da confraternização humana, consubstanciada no grandioso pensamento d’aquela edificação. (SANTA..., 1876, p. 1)

É perceptível um teor harmonizador na notícia, uma narrativa que transmite a imagem de uma confraternização, livre de conflitos sociais, de uma população que é unida a partir de um ideal comum. Para finalizar o excerto, o cônego Vieira é mencionado “entre as bênçãos de uma população inteira que ia votá-[lo] aos aplausos e ao reconhecimento eterno da posteridade” (SANTA..., 1876, p. 1).

A segunda notícia relata uma missa solene pela alma dos ‘irmãos benfeitores’ que tinham contribuído na construção do hospital e que tinham falecido (MISSA, 1876, p. 1). Já a terceira e última notícia (A ENTREGA..., 1876, p. 1-2) comenta sobre a cerimônia que aconteceu no Paço da Câmara Municipal, onde houve a entrega do edifício ao cônego Vieira e à irmandade da Misericórdia, com a presença “da nossa edilidade”. Após a consumação do ato, o cônego Vieira convidou todos “para um copo d’água em sua casa”, onde “proferiram-se entusiásticos discursos” com a participação de figuras influentes da sociedade, como Dr. Barata, Quirino dos Santos e Francisco Glicério; além disso, a notícia ainda traz que foi “sempre alvo e ponto culminante d’aquela ruidosa ovação o nome do reverendo Cônego Vieira”.

Leilões de prendas e festas religiosas: atos de caridade e participação pública da Santa Casa de Misericórdia

Uma forma recorrente de levantar fundos empregada pela Irmandade da Misericórdia foi a realização de leilões de prendas. Esses leilões foram encabeçados pelo cônego Vieira e

contaram com a participação constante de “distintas senhoras” – mulheres pertencentes aos grupos abastados campineiros que tinham grande envolvimento nas ações assistenciais. Além disso, os leilões foram essenciais na construção do Asilo de Órfãs – instituição destinada às órfãs da cidade, fundada em 1878, anexa ao hospital e administrada pela Irmandade.

Esses leilões eram divulgados pelo jornal da *Gazeta de Campinas* e contavam com a participação de membros importantes da sociedade. Em janeiro de 1877 foi organizada uma semana de leilões de prendas. No primeiro dia, o periódico descreve a grande concorrência ao evento que ocorreu no salão do *Club Semanal* – associação conhecida por “reunir em seus salões a melhor sociedade” (FERREIRA; SILVA, 1879, p. 94). A notícia relata um discurso de Antônio Francisco Martins, em que fez uma “apologia do sublime sentimento de caridade” e, em outro fragmento, louva o entusiasmo dos participantes “em prol dessa ideia inquestionavelmente de tanta utilidade” (LEILÃO..., 1877a, p. 2). Nesse dia, foi levantado no evento uma soma de 2:950\$000 ao Asilo.

Nos dias posteriores, o jornal noticiou o desfecho da sequência de leilões enfatizando que foram “promovidos pelo cônego Joaquim José Vieira”, além de mencionar que se tratou de “uma das mais brilhantes festas que a nossa cidade tem visto”, destacando a animação do evento e o fim “piedoso” a que seu produto visava (LEILÃO..., 1877b, p. 2). Na continuação, é possível notar uma tentativa da *Gazeta de Campinas* de amalgamar o perfil da sociedade campineira a um espírito intrinsecamente benévolo, apontando que “os lances corriam a porfia dando a medida do entusiasmo e dos sentimentos filantrópicos do nosso povo [...] datado de uma generosidade verdadeiramente extraordinária e admirável”. A notícia enaltece, no fim, os esforços do cônego Vieira, dizendo que ele é “incontestavelmente um benemérito da sociedade, [que] para nós outros tem um mérito especial porque a ele vamos dever a conclusão de um edifício iniciado pelos seus esforços” (LEILÃO..., 1877b, p. 2). Após a semana de leilões, a “festa da caridade” levantou um total de 14:455\$000.

A ação da Santa Casa de Misericórdia no espaço público não se restringiu, porém, aos leilões, já que assumiu também um papel nas festividades religiosas locais. Em agosto de 1878, é publicado na *Gazeta de Campinas* um anúncio da festa em homenagem à Assunção de Nossa Senhora e à procissão da Nossa Senhora da Boa-Morte. É mencionado que o evento a ser realizado na capela da Misericórdia contaria com uma “missa cantada pelo s. exc. Reverendo o

Sr. Bispo Diocesano [D. Lino Deodato]” e pregação do cônego dr. Francisco de Paula Rodrigues. Por fim, o anúncio convida a presença das outras irmandades de Campinas para abrilhantar o ato (FESTA..., 1878a, p. 3).

Em edições posteriores, o jornal noticia a festa, dizendo que “correu, portanto, com muito brilhantismo a festa da Assunção [...] com grande concorrência de povo” (FESTA..., 1878b, p. 2). Embora a *Gazeta de Campinas* tenha mencionado brevemente a participação do bispo ultramontano, é perceptível que o evento convergiu os posicionamentos ultramontanos e progressistas. Nessa festa religiosa, ambos os posicionamentos, até então vistos como antagônicos, aparecem em harmonia em razão de um interesse comum: a Santa Casa de Misericórdia. A partir dessa instituição – que agregou os lados religioso, beneficente e assistencial –, confirmou-se uma cooperação entre grupos a princípio opostos, um espaço múltiplo onde diferentes grupos projetavam suas intenções.

Crise das confrarias tradicionais

A partir dos tópicos anteriores, é possível observar dois pontos importantes: o primeiro é que a instituição da Misericórdia e a figura do cônego Vieira representaram um ponto de intersecção, um laço entre o viés progressista e a ortodoxia da Igreja ultramontana; afinal, a Santa Casa só foi possível a partir da relação interdependente de ambos. Por um lado, a cooperação entre a *Gazeta de Campinas* e o cônego Vieira era interessante para as propostas ultramontanas, pois, como se verá ao longo desse tópico, ela contribuiria para a centralização das esferas religiosas – devocionais e festivas – dentro da ortodoxia e da hierarquia clerical. Por outro, esse vínculo entre os dois se mostraria promissor para as pautas progressistas; como afirma Leila Rocha (2005, p. 133), “por trás [...] do aparato filantrópico, por todos celebrado, estavam objetivos bem racionais e práticos, próprios de uma sociedade capitalista”. Além disso, a autora também afirma que o Asilo de Órfãos servia para “o adestramento à subserviência, e, a oligarquia, acobertada pelo manto da misericórdia, almejava serviços instruídas e bem treinadas” (ROCHA, 2005, p. 131-132).

Já o segundo ponto é que a irmandade da Misericórdia se distinguiu das demais confrarias tradicionais existentes na cidade, porque incorporou novas formas, características e funções na sociedade. Ela se tornou o veículo difusor de uma nova prática assistencial, constituída de ações de beneficência racionalizada, propagandeada nos jornais e vinculada aos grupos abastados, de

modo que eles a associaram e a incorporaram a suas próprias imagens, assumindo-se beneméritos, virtuosos e caridosos/filantropos.

Portanto, a Irmandade da Misericórdia concentrou o apoio de grupos diferentes, como a Igreja ultramontana e grupos progressistas; além de seu desenvolvimento ter inaugurado um novo papel na assistência local, cujo interesse era racionalizar as ações beneficentes. A questão que surge é: o que aconteceu com as confrarias tradicionais em meio ao crescimento da Santa Casa da Misericórdia e as intenções ultramontanas de substituir as devoções leigas por práticas centralizadas na ortodoxia católica?

A Misericórdia, como apresentado anteriormente, não se restringiu ao aspecto filantrópico e assistencial, mas também abrangeu as festividades religiosas do período. No decorrer da década de 1870, houve uma mudança no quadro das festividades religiosas encontradas nos anúncios e nas notícias da *Gazeta de Campinas*, o que resultou na alteração da visibilidade das irmandades.

Na primeira metade da década, havia uma presença elevada de diferentes irmandades nas páginas do jornal, realizando anúncios de suas festas e de seus eventos importantes. Já em meados da década, houve uma perda gradual do protagonismo das confrarias tradicionais e, coincidentemente, pouco espaço a elas concedido após a inauguração da Santa Casa de Misericórdia, em 1876. Nesse terceiro momento, a presença dessas outras confrarias se restringiu ao papel de coadjuvante, ou seja, elas organizaram poucas festividades, sendo sua participação reduzida a “abrilhantar o evento”.

Para este estudo, foi realizado um levantamento das procissões e festas religiosas mencionadas na *Gazeta de Campinas*, observando quem foram os responsáveis pelo evento e se outras irmandades também participaram, sendo assim possível mensurar o peso e a importância que a associação leiga teve ao longo do tempo. De 1871 a 1873, o jornal publicou nove festividades organizadas por irmandades, sendo elas: Nossa Senhora das Dores e Procissão dos Passos (Irmandade do Senhor dos Passos) – ambas com eventos nos três anos –, São Benedito, com duas ocorrências, e Santa Cruz. Assim, nesse primeiro momento, é possível observar uma relevante participação das irmandades nos festejos religiosos da cidade.

Já em 1874, encontrou-se somente a Procissão dos Passos e, em 1875, não houve ocorrências de festividades organizadas por irmandades. Nesse sentido, apesar de a partir de 1876 os anúncios de festas religiosas terem voltado a aparecer, as irmandades tradicionais aparecem exercendo uma função secundária. No início da década era comum a prática de uma confraria convidar as demais para o seu evento religioso. Entretanto, no final da década, não são as associações leigas que convidam, mas sim as que são convidadas a participar, ou seja, elas deixam de exercer o papel de organizadoras do evento¹.

Portanto, na segunda metade da década, houve alterações em relação a quem organizava as festividades: as confrarias não estavam mais entre os principais nomes na realização dos festejos. Nesse momento, os anúncios das festas religiosas começaram a ser assinados por festeiros, que não eram vinculados a confrarias, sendo a estas destinado somente um papel de coadjuvante. As irmandades tradicionais perderam espaço nas páginas do jornal, estando limitadas apenas a abrihantarem as festividades.

Estudando a cidade de Desterro, em Santa Catarina, Karla Rascke (2010, p. 93) aponta como as irmandades faziam uso da imprensa: a “imprensa local será utilizada pela Irmandade do Rosário para a publicação de avisos, ou ‘Anúncios’ [...] convidando seus irmãos e irmãs a assistirem à festividade”. Na primeira metade da década, o periódico informava o cotidiano das confrarias campineiras, suas eleições e cobranças de mensalidades. No segundo momento, além do menor número das festividades, o cotidiano dessas associações pouco apareceu nas notícias e anúncios².

A única associação leiga que não sofreu essa perda de espaço foi a Irmandade da Misericórdia. Na realidade, a Misericórdia atravessava um processo oposto, conquistando grande espaço dentro do jornal. Ao contrário das demais, o seu cotidiano é constantemente comentado pelo periódico, de modo que, entre 1876 e 1880, as eleições, os projetos e as reuniões desta irmandade eram constantemente publicados pela *Gazeta de Campinas*.

¹ Há apenas uma exceção em 1879, quando a irmandade da Nossa Senhora das Dores anuncia um festejo, sendo o anúncio assinado pelo procurador da confraria.

² A irmandade do Santíssimo Sacramento da Santa Cruz é uma exceção, já que seus anúncios sobre as eleições de mesa continuam ao longo de toda a década. Essa irmandade é constituída pelos membros mais elitizados de Campinas. Todavia, mesmo conservando sua relevância, essa confraria também assume o papel secundário das festividades.

É difícil imaginar que essa mudança foi efeito do acaso, mas, sim, que havia uma preferência por parte da *Gazeta de Campinas*, já que ela tinha interesses atrelados à Santa Casa. E embora seja possível apontar que o jornal tenha influência na omissão das irmandades, há também a participação do clero e do poder municipal nesse processo.

A deslegitimação das irmandades tradicionais em Campinas consistia em um processo que aglutinava diferentes fatores. Uma boa ilustração foi um caso ocorrido em 1879, quando o jornal publicou uma reclamação contra um problema urbano, relacionado a um declive na Rua da Constituição, o que gerou uma lembrança crítica sobre os altos investimentos realizados para o conserto da rua; os quais, porém, que resultaram inúteis para resolver o problema. Por fim, o autor conclui que “para se ver queimar hoje o nosso dinheiro, não precisamos mais festejar S. João, ou qualquer outro bem-aventurado: basta-nos ler os orçamentos deste desgraçado país” (RECLAMAÇÃO, 1879, p. 2). Essa reclamação deixa evidente a correlação entre gastos desnecessários e as festas religiosas, que eram organizadas pelas irmandades leigas. Esse estereótipo, que atribui às confrarias um caráter esbanjador, não é exclusivo de Campinas. No contexto carioca, por exemplo, Martha Abreu (1999, p. 275) afirma que “expressava[-se] uma denúncia geral contra as festas e procissões das irmandades, que esbanjavam gastos em fogos de artifício, iluminação, decoração [...], enquanto a cidade e sua população padeciam com os estragos da peste amarela”. O primeiro dos fatores, então, foi o discurso de que as confrarias exageravam na pompa dos festejos. O uso das esmolas de maneira indisciplinada contribuiu para uma imagem de esbanjadoras, o que provocou a perda de credibilidade em relação ao público.

Somado ao ponto anterior, ocorreu no período o cerceamento de uma das principais fontes de renda das confrarias tradicionais: a esmola. Karla Rascke (2010, p. 67-68) aponta que “a importância do cargo de esmoleiro deriva do fato de que a maior parte da arrecadação vinha das esmolas”. Como elas eram cruciais para a celebração das festividades e da própria continuidade financeira das irmandades, sua impossibilidade gerou problemas econômicos nas irmandades, como indica, em seguida, Rascke (2010, p. 68): “as esmolas de bolsa ficaram proibidas e a condição financeira se complicou”. Semelhante proibição aconteceu em Campinas: o artigo 43 do código de posturas de 1880 (ARANHA, 1880) declara que ficou “proibido tirarem esmolas dentro do município com qualquer fim ou com qualquer destino que seja”, com exceção apenas aos mendigos reconhecidamente incapazes do trabalho.

As irmandades campineiras estavam enfrentando um processo semelhante ao relatado nos casos cariocas e catarinenses. Neste tópico, a situação será exemplificada observando a irmandade de São Benedito. Em setembro de 1874, há um artigo publicado na seção particular da *Gazeta de Campinas* (SÃO BENEDITO, 1874, p. 2) escrito pelo liberto Tito de Camargo – também conhecido como Mestre Tito, o principal nome da dita confraria e o protagonista na construção de uma capela em homenagem ao mesmo santo. Tito responde às acusações de que ele estaria abandonando as obras da igreja, rebatendo que “o rendimento da Irmandade era e é quase nulo, não dando de modo algum para o custeio dos trabalhos” e acrescenta que uma das principais formas para angariar recursos era “contando com as esmolas” e “a piedade dos fiéis”. Além da crise financeira, a irmandade também passava por problemas internos, em virtude de atritos na mesa administrativa e da confusão das funções dos mesários. Após declarar estar ressentido com a situação, Mestre Tito desistiu diante da oposição, expondo ao público sua infelicidade de não mais cuidar das obras da capela.

Quatro meses antes, em maio de 1874, houve um anúncio da Irmandade de São Benedito convocando os irmãos para uma sessão de suma importância (IRMANDADE..., 1874, p. 4). Após essas duas aparições, não houve mais registro da confraria no jornal. Em 1877 as obras da capela São Benedito voltam a ser mencionadas na *Gazeta de Campinas*, contudo, não mais protagonizadas pelo Mestre Tito, mas sim pela D. Anna de Campos Gonzaga. Tito de Camargo retorna nos anúncios do periódico somente em 1879, entretanto, nesse momento, não mais em nome de nenhuma irmandade.

Portanto, essa sucessão de eventos leva a crer que os desentendimentos encontrados no primeiro excerto e a urgência da reunião, no segundo, revelam o esfacelamento da confraria em vista de conflitos internos e financeiros, os quais acarretaram sua dissolução. Colabora com essa hipótese uma menção feita no *Almanaque popular de Campinas para o ano de 1879*, organizado e publicado por Carlos Ferreira e Hypolito da Silva. Listando as irmandades de Campinas, o almanaque menciona que a confraria de São Benedito “acha-se atualmente desorganizada” (FERREIRA; SILVA, 1878, p. 32).

Até o momento, buscamos demonstrar que a perda da credibilidade das irmandades tradicionais se associou a uma imagem a elas atribuída de esbanjadoras. Essa deslegitimação foi vinculada a um processo de restrição às principais formas de arrecadação financeira das

irmandades – a esmola –, o qual foi sancionado pelo poder municipal através das posturas municipais. A proibição das esmolos produziria uma crise econômica nas associações leigas e, por sua vez, a dificuldade financeira reforçava o estereótipo de que essas confrarias eram esbanjadoras e sem controle dos gastos. O enfraquecimento das irmandades leigas ocorria, portanto, por um duplo processo: tanto pelo financeiro, quanto pela credibilidade. Essa crise abria brecha para que novas associações ocupassem seu espaço, e é aí que a Santa Casa da Misericórdia atuaria em ressonância aos interesses ultramontanos.

O espaço e a independência que irmandades leigas possuíam até então na religiosidade popular no Brasil escapava da alçada da hierarquia eclesiástica. O ultramontanismo, defensor da centralização da fé católica nas mãos do Papa e dos bispos, via com maus olhos as confrarias leigas, assumindo que elas fugiam da ortodoxia religiosa. Seus partidários tinham o interesse de retirar o poder religioso das mãos dos leigos, enfraquecendo as confrarias leigas para substituí-las por devoções ultramontanas submetidas à hierarquia católica. Embora não se tratasse de uma associação ultramontana, é relevante que a Irmandade de Misericórdia tenha sido organizada e administrada por um clérigo próximo dessa vertente, de modo que o perfil de cônego Vieira se assemelhava aos interesses dos ultramontanos.

Diferente das demais confrarias, as associações ultramontanas redirecionavam o foco das irmandades, privilegiando o aspecto religioso em detrimento do festivo. Esse novo perfil ultramontano também tinha uma outra relação com as finanças. Segundo Biasoli (2010, p. 144), “o vigário controlava os ganhos obtidos pela igreja e redimensionava o caráter das manifestações religiosas: diminuía os gastos com fogos e canalizava o dinheiro para o erguimento do templo”. Assim, as pautas ultramontanas usufruíam das acusações que circulavam contra as confrarias leigas; ou seja, ao redirecionar os gastos, essas associações não mais se identificavam com a imagem de esbanjadoras, se tornando uma concorrente forte contra as confrarias tradicionais.

É importante ressaltar que a irmandade da Misericórdia não dependia de esmolos. Através do apoio dos grupos abastados, a receita dessa confraria dependia mais dos leilões de prendas e de doações. Essas outras fontes de recursos permitiram que, em contraste com as demais irmandades, a Misericórdia crescesse sem que atravessasse uma crise financeira. Por fim, a discrepância da situação econômica entre a Irmandade da Misericórdia e a maior parte das confrarias colaborou para a confirmação do estereótipo de que estas seriam esbanjadoras,

enquanto aquela, sob a administração de um membro do clero, demonstrava ter maior eficácia. Além disso, a Santa Casa incorporava o discurso beneficente a si e a seus benfeitores, permitindo que suas ações fossem propagandeadas por intermédio da imprensa. Assim, a junção dos interesses ultramontanos, a divulgação da *Gazeta de Campinas*, os vínculos com as classes abastadas locais e o contraste com as demais confrarias resultaram em um ambiente frutífero para a Irmandade da Misericórdia.

Conclusão

Estudando o caso de Santa Maria, Vitor Biasoli (2010, p. 145) enxerga um conflito entre as pautas ultramontanas e liberais, observando que a constituição do “conjunto desses signos materiais e simbólicos indicava a hegemonia católica no campo do sagrado e a derrota dos adversários da ‘frente liberal’”. Já no contexto campineiro, é possível uma outra interpretação. Em vez de se considerar a omissão das instituições religiosas tradicionais na *Gazeta de Campinas* como resultante do enfraquecimento clerical, conclui-se que, na verdade, a crise das confrarias foi em partes resultado da cooperação entre ultramontanos e progressistas em um mesmo projeto, e não da disputa entre ambos.

Embora a *Gazeta de Campinas* de fato criticasse as ideias ultramontanas, e o bispo D. Lino Deodato fosse contra as vertentes progressistas, houve pontos de convergência entre ambos. Este artigo, nesse sentido, teve como intenção estudar um momento em que as duas propostas não estariam em conflito, de modo a contemplar a colaboração entre grupos ideologicamente distintos. A fim de entender de que maneira dois rivais poderiam trabalhar de modo coeso, um objetivo comum deveria uni-los: um projeto que contemplasse interesses de ultramontanos e de progressistas, um ideal que não contrariasse suas ideologias e ainda agregasse benefícios a seus adeptos.

A Irmandade da Misericórdia de Campinas foi a instituição que possibilitou essa união, tendo contemplado interesses distintos e engrandecido a imagem de seus membros. Esse foi o ponto de intersecção entre ambos os posicionamentos. Tomando a responsabilidade pela assistência, a Santa Casa revestiu-se de uma roupagem beneficente e a repercutiu nas páginas da *Gazeta de Campinas*. Com essa disseminação, a seus benfeitores também foi atribuída a imagem de filantropos e/ou de caridosos, de modo que a visibilidade que a instituição possuía fizesse com que a Misericórdia reunisse ainda mais apoio. A partir disso, a instituição pôde contar com

a entrada de recursos, em forma de doações e na participação dos leilões de prendas. E a vinculação a um papel de benemérito de obras sociais foi uma recompensa que atraía várias parcelas sociais, inclusive clérigos e progressistas.

O desenvolvimento da Santa Casa representou, assim, uma transformação na assistência local – tanto na sua forma, quanto na sua função –, além de modificar as formas associativas religiosas existentes - já que impactou indiretamente as confrarias tradicionais. Somado à crise em que se encontravam, o desenvolvimento da Misericórdia e o apoio de grupos abastados resultaram em uma concorrência com muitas irmandades tradicionais, reforçando o cenário de descrédito que estas atravessavam.

O artigo, portanto, visa instigar novos olhares para as relações entre progressistas e ultramontanos. A contribuição que oferecemos é dar evidência para pontos de diálogos entre pautas tão distintas, tornando o debate mais complexo e menos dualista. Embora não desconsideremos suas divergências, o ângulo de análise aqui proposto permite que os agentes históricos não sejam vistos apenas como partidários de uma ideologia, mas sim considerados em seus múltiplos interesses e redes de sociabilidade em que estavam inseridos.

Referências bibliográficas:

A ENTREGA da Misericórdia. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano VII, ed.820, p. 2, 17 ago. 1876.

ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARANHA, Egydio Souza. **Registro do edital publicando o novo Código de Posturas**. Destinatário: Câmara Municipal de Campinas. Campinas, 14 out. 1880.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870-1920)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

CAMPINAS e o ultramontanismo. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano IX, ed.1478, p. 2, 20 nov. 1878.

FERREIRA, C.; SILVA, H. (org.). **Almanach popular de Campinas para o ano de 1879**. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878.

FESTA da Misericórdia. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano IX, ed.1400, p. 2, 17 ago. 1878a.

FESTA na capela da Misericórdia. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano IX, ed.1378, p. 3, 1 ago. 1878b.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880**. Campinas: Unicamp/CMU Publicações, 2016.

IRMANDADE de S. Benedito. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano V, ed.457, p. 4, 20 maio 1874.

LEILÃO de prendas. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano VIII, ed.930, p. 2, 4 jan. 1877a.

LEILÃO de prendas. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano VIII, ed.933, p. 2, 9 jan. 1877b.

MISSA. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano VII, ed.820, p. 1, 17 ago. 1876.

RASCHE, Karla Leandro. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

RECLAMAÇÃO. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano X, ed.1666, p. 2, 10 jul. 1879.

ROCHA, Leila Alves. **Caridade e Poder: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTA Casa de Misericórdia. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano VII, ed.820, p. 1, 17 ago. 1876.

SÃO BENEDITO. **Gazeta de Campinas**, Campinas, ano V, ed.493, p. 2, 20 set. 1874.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847 – c.1891**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Editora Ática, 1987.